



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 3 de dezembro de 2015

É necessária uma melhor supervisão dos projetos no setor da energia financiados pela UE na África Oriental, afirmam os auditores

Segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, um programa no valor de 100 milhões de euros que visava promover o fornecimento de energias renováveis às populações pobres na África Oriental obteve um sucesso considerável, mas ainda necessita de uma melhor supervisão. Os auditores verificaram que a Comissão Europeia selecionou bem alguns dos projetos propostos, mas não realizou um acompanhamento suficiente da sua evolução.

Entre 2006 e 2013, a Facilidade ACP-UE para a Energia recebeu uma dotação de 475 milhões de euros dos Fundos Europeus de Desenvolvimento, destinada na sua maioria à concessão de subvenções a projetos na África Subsariana. O seu principal objetivo consistia em promover o acesso a serviços energéticos modernos para as populações pobres em zonas rurais e da periferia urbana, onde a fonte de energia utilizada para cozinhar continua largamente a ser a lenha e o carvão vegetal. Visava igualmente melhorar a governação no setor da energia, incentivar o investimento em projetos transfronteiriços neste setor e promover as energias renováveis. Em meados de 2014, tinha sido atribuído um total de 268 milhões de euros, sendo 106 milhões de euros destinados a projetos na África Oriental que, de longe, tinha a pior taxa de acesso a eletricidade na região. Cerca de 85% dos projetos selecionados diziam respeito a energias renováveis, 12% a fontes híbridas (renováveis e fósseis) e 3% a fontes fósseis.

Os auditores examinaram 16 projetos de energias renováveis em cinco países: Quênia, Madagáscar, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, tendo constatado que a Comissão foi largamente bem-sucedida e concedeu apoio a projetos selecionados segundo prioridades bem definidas. Assim, por exemplo, um projeto no Quênia destinado a recuperar gás metano de chorume em pequenas explorações agrícolas permitiu instalar 765 digestores de biogás, comparativamente a uma meta de 460. A recuperação de biogás como combustível para cozinhar permite economizar lenha, reduz a poluição do ar interior e melhora as qualidades do chorume como adubo.

Porém, o relatório também salienta que a Comissão poderia ter utilizado melhor a Facilidade para a Energia para aumentar o acesso às energias renováveis.

"A maioria dos projetos examinados foi bem-sucedida e é suscetível de ser sustentável", afirmou Klaus-Heiner Lehne, o Membro do Tribunal de Contas responsável pelo relatório. "Porém, um quarto não

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 621 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu @EUAuditorsECA

eca.europa.eu

obteve a maioria dos resultados esperados, principalmente devido a insuficiências de conceção e a um acompanhamento inadequado por parte da Comissão."

Segundo os auditores, a qualidade dos relatórios apresentados pelos gestores dos projetos era variável e a Comissão não procurou fazer cumprir os seus requisitos em matéria de elaboração de relatórios. Nos casos em que se sabia que os projetos apresentavam graves dificuldades, o pessoal da Comissão não recorreu suficientemente às visitas no local e a exames de acompanhamento para complementar as informações prestadas pelos responsáveis, nem tomou medidas adequadas e oportunas. No relatório são formuladas recomendações tendentes a uma seleção mais rigorosa dos projetos, um reforço do seu acompanhamento e um aumento da sua sustentabilidade.

Relatório Especial nº 15/2015: **Apoio prestado às energias renováveis na África Oriental pela Facilidade ACP-UE para a Energia** disponível em 23 línguas da UE.